

RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.802 - RJ (2019/0285510-8)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : **MUNICÍPIO DE MAGÉ**
PROCURADOR : **PAULO VINICIUS MOTTA DE GOMES TOSTES E OUTRO(S) - RJ138382**
RECORRIDO : **ARGEMIRO FERREIRA DA SILVA**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **Município de Magé**, com base no art. 105, III, *a*, da CF, em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 38):

APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. MUNICÍPIO DE MAGÉ. COBRANÇA DE IPTU E TAXA. EXERCÍCIOS DE 2005/2008. AJUIZAMENTO EM DEZEMBRO DE 2009, APÓS, PORTANTO, A EDIÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005. DESPACHO CITATÓRIO QUE INTERROMPEU A PRESCRIÇÃO. LOGRADOURO INEXISTENTE. TENTATIVAS FRUSTRADAS. PARALISAÇÃO DO FEITO POR MAIS DE CINCO ANOS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DEMORA QUE NÃO PODE SER Oponível apenas ao cartório, mas também à inércia do ente público em promover efetivamente o andamento processual. A propósito, no que se refere ao procedimento constante do artigo 40, da Lei Nº 6.830/1980, e a previsão de intimação prévia constante no seu parágrafo 4º, destaca-se que esta somente é necessária na hipótese de suspensão da execução e conseqüente arquivamento, o que não ocorreu. Aliás, a postura de não impulsionar o processo por longo período não se coaduna com o interesse do exequente de receber o valor que lhe é devido, segundo as regras de experiência comum. Manutenção da sentença que reconheceu a prescrição intercorrente. Inaplicabilidade do verbete sumular STJ Nº 106. Sobrestamento desnecessário, uma vez que o paradigma apontado - RECURSO ESPECIAL Nº 1.340.553/RS (TEMAS Nº 566 E Nº 571) - não guarda correlação com a controvérsia dos autos.

PRECEDENTES DESSA CORTE. RECURSO DESPROVIDO.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 63/68).

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta ofensa aos arts. 9º e 10º do CPC/2015. Sustenta, em síntese, que: (I) *"O Município ajuizou execução fiscal em desfavor do executado, cobrando os débitos de IPTU referente ao ano 2005 a 2008 dentro do prazo prescricional em 2009, [...]. Contudo, foi somente em 05/2014 que o cartório procedeu com o devido movimento processual, certificando que foi despachado pelo magistrado o "Cite-se" e procedendo com os trâmites para expedição do respectivo mandado de citação, extraído em 8/2014. Nesse interregno esteve, por culpa exclusiva do juízo, parado o processo, necessitando tão somente da confecção do mandado de citação para prosseguimento. Apesar disso, a sentença de primeira instância julgou extinto o processo ao reconhecer a prescrição intercorrente, transferindo a culpa pela morosidade do judiciário ao próprio exequente."* (fls. 75/76); e que (II) *"A sentença que reconheceu a prescrição, [...], deixou de respeitar os artigos 9º e 10º do NOVO CPC, que determina que não se proferirá decisão contra umas das partes sem que ela seja previamente ouvida, sendo assim, não poderia o Juízo a quo, com base em fundamento a respeito do qual não tenha dado às partes a oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício, sentenciar como o fez."* (fl. 76).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A irresignação não merece prosperar.

Em relação à controvérsia dos autos, reconheceu o Tribunal de origem à fl. 41:

Não se vislumbra, desse modo, inércia exclusivamente cartorária que justifique o não reconhecimento da prescrição intercorrente, tampouco houve óbice para que a Fazenda Pública se manifestasse, suscitando causas impeditivas do curso do prazo de extinção do seu direito de ação, eis que os autos não foram remetidos ao arquivo.

A propósito, no que se refere ao procedimento constante do artigo 40, da Lei nº 6.830/1980, e à

previsão de intimação prévia constante no seu parágrafo 4º, destaca-se que esta somente é necessária na hipótese de suspensão da execução e conseqüente arquivamento, o que, como visto, não ocorreu.

A título de reforço, a necessidade de intimação do credor antes do reconhecimento da prescrição intercorrente é suprida pela interposição do recurso de apelação, ocasião em que o exequente tem a oportunidade de deduzir causas impeditivas, interruptivas ou suspensivas influenciadoras da prescrição declarada, o que não é o caso dos autos.

Neste sentido, confira-se o posicionamento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, em caso análogo:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PRAZO PRESCRICIONAL. ART. 40 DA LEI N. 6.830/80, ACRESCIDO PELA LEI N.11.051/04. AUSÊNCIA DE PRÉVIA OITIVA DA FAZENDA PÚBLICA. INEXISTÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE CAUSAS SUSPENSIVAS OU INTERRUPTIVAS. PRINCÍPIOS DA CELERIDADE PROCESSUAL E DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS.

1. Agravo regimental interposto contra decisão que negou provimento ao recurso especial confirmando o acórdão a quo que reconheceu a prescrição intercorrente mesmo sem a prévia oitiva da Fazenda Pública, ante a ausência de causa de suspensão ou interrupção do prazo prescricional.

3. A matéria em discussão, cujo entendimento encontra-se pacificado nesta Corte, entende que, ainda que tenha sido reconhecida a prescrição sem a prévia intimação da Fazenda Pública, como ocorreu na hipótese dos autos, só se justificaria a anulação da sentença se a exequente demonstrasse efetivo prejuízo decorrente do ato judicial impugnado. Precedentes: REsp 1.157.788/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 11/5/2010; 1.005.209/RJ, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 8/4/2008, DJe 22/4/2008; AgRg no REsp 1157760/MT, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 4/3/2010.

4. Na espécie, conforme registrado pelo Tribunal de origem, a exequente, no recurso de apelação, não demonstrou a existência de causa suspensiva ou interruptiva de prescrição que impedisse a decretação

dessa prejudicial.

Portanto, rever esse entendimento, demanda análise fático probatória dos autos, o que é defeso na via especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

5. Agravo regimental não provido (AgRg no REsp 1187156/GO - Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES - PRIMEIRA TURMA - Data do Julgamento: 17/08/201 - Datada Publicação/Fonte: DJe 24/08/2010).

Nesse contexto, verifica-se que o recurso especial não impugnou fundamento basilar que ampara o acórdão recorrido, qual seja, o de que "a necessidade de intimação do credor antes do reconhecimento da prescrição intercorrente é suprida pela interposição do recurso de apelação, ocasião em que o exequente tem a oportunidade de deduzir causas impeditivas, interruptivas ou suspensivas influenciadoras da prescrição declarada" (fl. 41); esbarrando, pois, no obstáculo da Súmula 283/STF, que assim dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.". A respeito do tema: **AgRg no REsp 1.326.913/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; **EDcl no AREsp 36.318/PA**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.

ANTE O EXPOSTO, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator